

Estão prontas as emendas dos municipalistas

Através de seu coordenador nacional, Cláudio Gianini, a Frente Municipalista Nacional divulgou ontem à tarde as emendas aprovadas na reunião de seus coordenadores estaduais, e que serão submetidas à Constituinte subscritas pelos deputados Vasco Alves (PMDB-ES), Airton Sandoval (PMDB-SP), Irajá Rodrigues (PMDB-RS).

As emendas municipalistas foram preparadas por uma equipe técnica da Fundação "Prefeito Faria Lima" — Cepam (Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal), sendo debatidas durante dois dias pelos coordenadores estaduais da Frente Municipalista em Brasília. Elas envolvem temas polêmicos e sua aprovação pela Constituinte, segundo Cláudio Gianini, dependerá do "lobby" que será realizado a partir do início de agosto através de prefeitos de todo o País.

Dentre as emendas que serão propostas destacam-se a permissão para que prefeitos e a Mesa das Câmaras Municipais também sejam parte legítimos para propor ação de inconstitucionalidade, da mesma forma que o projeto de Constituição atualmente em discussão contempla o Presidente da República, o Primeiro-Ministro, as Mesas do Senado, Câmara dos Deputados e Assembléias Legislativas, os governadores dos Estados, o Conselho Federal da OAB, os Partidos Políticos com representação no Congresso Nacional, o Procurador Geral da República e as Confederações sindicais; a definição para que o percentual relativo ao Fundo de Participação dos Municípios passará a vigorar a partir da promulgação da Constituição e a decisão para que as desapropriações urbanas de terrenos ociosos poderão ser pagas, na forma de lei, em títulos da dívida pública.

Além dessas três emendas, serão apresentadas também propostas deixando aos municípios a faculdade de adotar ou não a Defensoria do Povo através da Lei Orgânica, a inclusão dos terrenos da Marinha e das ilhas fluviais e lacustres entre os bens dos municípios, a obrigatoriedade de funcionamento de, no mínimo, um posto de guarda municipal, um de saúde e uma escola para a criação de distritos, a definição de competência dos municípios para instituir, como tributo, contribuição para garantir a execução de programas próprios circunscritos à vigência do mandato do Executivo, desde que tal contribuição e programas sejam aprovados por dois terços dos membros da Câmara Municipal, além de propor a manutenção do instituto da enfiteuse (ou aforamento).

Em relação à matéria tributária, os municipalistas pretendem permitir aos municípios o direito de instituir outros impostos, além dos que lhes são nominalmente atribuídos, desde que não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios de impostos discriminados na Constituição. Esses impostos não podem ter natureza cumulativa e dependerão de lei aprovada por maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal, além de definir que se a União criar impostos excluindo o estadual anteriormente instituído, 50 por cento de seu produto será entregue aos Estados e ao Distrito Federal, onde for arrecadado, da mesma forma que se o imposto estadual excluir o municipal anteriormente instituído, será aplicada a mesma divisão do produto da arrecadação.

"Argumento da Aeronáutica reforça anistia"

O documento da Aeronáutica sobre a anistia, enviado aos constituintes, reforça os argumentos dos militares punidos que lutam para que a nova Constituição lhes devolva "direitos consagrados subtraídos pelas garras do autoritarismo". A avaliação foi feita ontem pelo coordenador nacional da Federação das Associações de Defesa da Anistia (Fada), capitão-de-fragata Paulo Henrique Ferro Costa:

— Louvamos e achamos o documento muito interessante, porque confirma o que nós já havíamos informado aos constituintes, com algumas omissões — disse.

Segundo Ferro Costa, ao referir-se ao fato de que os demitidos foram considerados civilmente mortos, e sofreram restrições relativamente à assunção em cargos ou funções em empresas estatais, autárquicas e no serviço público, o documento apresenta uma verdade parcial, "uma vez que os demitidos também foram presos, torturados e ficaram proibidos de trabalhar em companhias de aviação comercial, por portaria secreta do então ministro da Aeronáutica".

Ferro Costa disse também que ao admitir que apenas quatro militares não foram anistiados em 1979 porque cometeram crimes de sangue e outros não menos graves, o documento confirma que "a esmagadora maioria dos militares foi afastada da carreira por motivação política, ao contrário do que se propalou inicialmente na imprensa".

O coordenador nacional da Fada observou ainda que na parte em que o documento refere-se à legislação específica que até 1967 previa a promoção ao posto imediatamente superior quando da passagem para a reserva, e à alegação de que a perspectiva de carreira seria o posto de oficial-general, há um reforço dos argumentos dos que lutam pela anistia:

— Quem passou para a reserva por punição em 1964 não obteve essas promoções. Nem na anistia de 1979 nem na de 1985 esse direito foi restabelecido.

Outro ponto confirmado pelo documento, segundo Ferro Costa, é o de que os critérios para promoção até coronel são merecimento e antiguidade.

Médicos pedem mais vitamina a Cabral

— O Brasil poderá ser o 93º País do mundo a adotar a obrigatoriedade de se colocar nos produtos alimentares industrializados o mesmo teor vitamínico dos produtos "in natura", atendendo basicamente a Organização Mundial da Saúde. Pelo menos é o que desejam a Fundação Joaquim Nabuco, a Academia Nacional de Medicina e a Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação (ABIA), que ontem estiveram com o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB/AM), para fazer tal solicitação. As entidades, no entanto, não apresentaram qualquer proposta formal, o que deverá acontecer em breve por iniciativa do deputado Manoel Viana (PMDB/CE). Mas Cabral de antemão já avisou que a reivindicação não é

matéria constitucional, e sim de lei complementar ou ordinária.

Os representantes da Fundação, da Academia e da Associação apresentaram ao relator, para justificar seu pedido, dados tirados de um fórum realizado no mês passado, no Rio de Janeiro, que concluiu serem os bolsões de pobreza do Brasil locais de nascimento de crianças com cérebros menores, em número de células, "isto causa um dano irreversível à criança", explicou o médico Fábio Ancona Lopes. Segundo ele, um trabalho realizado pela Sociedade Brasileira de Pediatria concluiu que 12 por cento dos recém-nascidos brasileiros têm baixo peso. Desses, nove entre dez são desnutridos intra-uterinamente e, por isso, apresentam cérebro menor.

Furtado acha texto constitucional bom

Florianópolis — O ministro da Cultura, Celso Furtado, afirmou ontem, em Florianópolis, que considera "muito positivo" o texto global da nova Constituição do País, "que tem sido alvo de muitas críticas no seu conjunto, mas que traz a resposta para várias aspirações do povo brasileiro". O ministro lembrou que o documento, "que está no meio do caminho e que deverá refletir o bom senso dos diversos grupos", pela primeira vez no Brasil enfoca e valoriza segmentos que até então ficavam omissos, como a questão da mulher, do índio e do negro.

Na área política, Celso Furtado defendeu o mandato de cinco anos para o presidente José Sarney, frisando que esse é um prazo tradicionalmente respeitado na história constitucional

do País, "e que" permitiria que a transição democrática fosse feita de forma mais tranquila, sem precipitações".

Celso Furtado veio à capital catarinense para presidir a inauguração do escritório técnico do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e visitar diversos monumentos históricos da Ilha de Santa Catarina, viajando, em seguida, para Porto Alegre. Durante sua permanência em Florianópolis, o prefeito da capital, Edison Andriano, entregou ao ministro um expediente solicitando o tombamento da ponte Hercílio Luz, a antiga ligação ilha-continente, da localidade de Ribeirão da Ilha (interior da capital) e das cidades históricas de Laguna e São Francisco do Sul.